

## Bancada da bala pressiona ministro por demissão de diretora

Parlamentares pró-armas pedem saída de pesquisadora que ajudou a elaborar regras que restringem acesso a armas

EDUARDO GONÇALVES  
eduardo.goncalves@o2.iglobo.com.br

Sob pressão do Congresso para flexibilizar a legislação que restringiu o acesso a armas no país, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, recebeu pedidos de integrantes da bancada da bala para fazer mudanças na equipe responsável por tratar do tema na pasta.

O principal alvo dos parlamentares é a pesquisadora Michele dos Ramos, da Diretoria de Ensino e Pesquisa da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Ela está no cargo desde janeiro de 2023 e foi a coordenadora do grupo de trabalho que ajudou a elaborar o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva que restringiu o acesso a armas no país.

Apesar de ter dito aos parlamentares estar aberto a discutir alterações na legislação, Lewandowski indicou, contudo, que não pretende atender ao pedido do grupo. Internamente, o ministro enviou o recado de que não aceita pressão de nenhum dos lados do debate

e caberá a ele a palavra final sobre eventuais mudanças.

Durante audiência na Comissão de Segurança Pública da Câmara na terça-feira, os parlamentares pediram a saída de Michele como uma forma de destravar o diálogo entre o Ministério da Justiça e a bancada da bala, que tem entre seus representantes expoentes das polícias estaduais, Federal e Forças Armadas.

— Quem vai mandar é Vossa Excelência, de forma técnica, ponderada, como o senhor tem demonstrado aqui ou é a dona Michele? Porque se for, não adianta nem tentarmos diálogo — afirmou deputado Marcos Pollon (PL-MG), amadurecido por políticas do Movimento Nacional Pró-Arma.

Ex-presidente da Comissão de Segurança Pública, o deputado Sanderson (PL-RS) ainda se quisou de que na gestão de Flávio Dino no ministério, o pesquisadora atuava como "ministra" de fato no tema de armas.

— Por isso, estamos hoje aqui, de novo, perguntando: é o senhor que manda lá nessa questão armamentista ou é a doutora

Michele? — questionou.

Lewandowski respondeu que as decisões da pasta são "tomadas" por ele e de "responsabilidade" dele.

— Tanto pelos acertos como pelos erros — acrescentou o ministro.

### CANAL DE DIÁLOGO

De perfil menos beligerante do que o antecessor, Flávio Dino, que foi para o STF, Lewandowski abriu um canal de diálogo com a bancada da bala para rediscutir pontos do decreto de armas e portarias do Exército. Segundo ele, o objetivo é "modular" e "dar mais razoabilidade" às regras lançadas por Lula, revertendo a política do governo de Jair Bolsonaro, mas sem acabar com a atividade regularizada dos CACs (colecioneiros de armas, atradores desportivos e caçadores).

— Os CACs, goste-se deles ou não, existem e simplesmente não dá para erradicá-los da realidade. Mas é preciso, os senhores deverão de convir, regulamentar o exercício daqueles que estão inscritos nestes CACs, porque também não pode ser um "liberal geral" — disse Lewandowski na audiência.



Na mira. Parlamentares defensores das armas pediram o saída de Michele da Justiça, em audiência com ministro



Na defesa. Lewandowski indicou que não vai tirar pesquisadora da pasta

dos grupos pró-armamentistas com Michele dos Ramos vem desde antes de ela assumir o cargo no Ministério da Justiça. Durante o governo Bolsonaro, Michele era assessora especial e gerente de advocacy do Instituto Igarapé, que foi contra os decretos editados no governo Bolsonaro que ampliaram o acesso de armas pela população civil. Defensor das medidas, o Movimento Pró-Armas chegou a entrar com processos na Justiça contra associações desarmamentistas, como o Igarapé e o Sou da Paz.

Em nota divulgada on-

tem, os dois institutos afirmaram ver "com preocupação" a possibilidade de Lewandowski estar negociando flexibilizações nas regras baixadas por Lula em 2023.

"Diante da gravidade e da complexidade destes temas, esperamos que o ministro não siga adiante com as alterações sem ouvir e considerar os argumentos de organizações que se dedicam há anos, de forma técnica e comprometida, com a agenda de controle de armas e munições no Brasil", diz o texto.

Em 2019, os grupos armamentistas também se mobilizaram para que o então ministro da Justiça, Sérgio Moro, revogasse a nomeação de Ilona Szabó para o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Ilona é fundadora do Instituto Igarapé. Moro acatou ao pedido na época.

## Criança é ferida durante tiroteio em Paraisópolis

PM diz que análise de câmeras corporais afasta versão de disparo de agentes, sustentada por moradores de comunidade

ALINE RIBEIRO  
aline.ribeiro@o2.iglobo.com.br

Um menino de 7 anos foi ferido na manhã de ontem em Paraisópolis, durante um patrulhamento da Polícia Militar na comunidade da Zona Sul de São Paulo. O menino estava a caminho da escola e ficou no meio de um tiroteio na Rua Ernest Renan. Embora moradores tenham dito que ele foi baleado por policiais militares, a corporação informou que a análise de câmeras corporais não confirma essa versão.

— Podemos assegurar que a criança não foi ferida por disparo de arma de fogo proveniente de arma de polícia militar — disse o coronel Emerson Massera, porta-voz da PM, em entrevista coletiva.

Ao g1, a mãe do menino disse que ele foi ferido por volta das 7h30 e, do Hospital de Campo Limpo, afirmou que a criança não corria risco de vida. O menino foi para o hospital depois de ser atendido inicialmente na Assistência Médica Ambulatorial (AMA) de Paraisópolis.

Em entrevista coletiva pela manhã, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), afirmou que a criança não havia sido baleada.

— Houve a recepção dos policiais com tiros, porque é uma região muito conflituosa, com a presença do tráfico de drogas. A criança não foi atingida por disparo, não teve perfuração, provavelmente foi algum estilhaço. (Ela) foi socorri-



da imediatamente, está em observação, passa bem — afirmou Tarcísio.

Em nota, a PM confirmou que agentes estavam fazendo patrulhamento na comunidade quando foram recebidos por tiros na Vila Passarinho. Segundo a corpora-

ção, os policiais reagiram e os suspeitos fugiram. Após a ação, foi constatado que a criança estava com um ferimento na cabeça.

Segundo Massera, o ferimento pode ter sido por "um disparo dos criminosos, um pedaço de reboco,

um estilhaço ou até mesmo um ferimento provocado por uma queda". O porta-voz da PM afirmou que a tomografia feita na criança não apontou lesão "periférica contundente", podendo ter causado danos maiores, e o menino não

deve precisar de cirurgia.

— Foi um ferimento na testa, aparentemente um corte, mas que está bastante incluído ainda — afirmou o coronel.

### VIDEO DE CELULAR

Um vídeo feito por celular por um morador de Paraisópolis registrou cerca de dez policiais militares olhando para o chão da rua onde houve o tiroteio, como se procurassem algo, depois do conflito. A busca dura mais de três minutos. Em certo momento, um deles se abaixa para recolher algo. Segundo o morador, eram cápsulas dos tiros disparados pelos PMs. Em coletiva à noite, a PM afirmou que os policiais estavam apenas "sinalizando a localização dos projéteis" e que a criança não teria sido ferida pelos policiais. A Ouvidoria da corporação pediu o afastamento dos agentes envolvidos na ocorrência, assim como dos PMs que aparecem na gravação.

## Ataque hacker suspende agendamento de passaporte

PF diz que quem tiver urgência deve procurar unidade que emite documento

PAOLA SERRA  
paula.serra@o2.iglobo.com.br

3-0-A Polícia Federal abriu um inquérito para investigar uma invasão hacker no sistema de passaporte da corporação, na madrugada de ontem, em que

houve a tentativa de acesso às informações contidas na rede. Com a invasão, os servidores precisaram trocar senhas e o serviço de agendamento para emissão pela internet, que ficou suspenso temporariamente.

De acordo com a PF, os

agendamentos previamente realizados serão atendidos normalmente na data e horário marcados. "Para os usuários que não tiveram viagem programada para os próximos 30 dias, a Polícia Federal recomenda aguardar a normalização

do serviço", informou a corporação em nota.

A polícia também orientou as pessoas que comprovadamente tiverem necessidade de emissão do documento de viagem nos próximos dias a enviarem a documentação comprobatória da urgência a uma unidade da corporação que emite passaportes, de acordo com uma lista que é divulgada no site da PF.

A PF não deu uma previsão de quando o serviço será normalizado, mas disse trabalhar para "celere reestabelecimento" do sistema.

Incidentes envolvendo vazamentos de dados levaram o governo federal a registrar alta de notificações de ataques cibernéticos e vulnerabilidades detectadas em seus sistemas de computação em janeiro. Foram, ao todo, 989 casos nos órgãos do Executivo, uma média 32 por dia, maior patamar para o mês nos últimos quatro anos, segundo dados do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI).

Pesquisadores de segurança cibernética apontam que um dos principais de-

safios do governo neste campo é a dificuldade de manter a atualização de softwares e ferramentas de proteção, em meio às constantes evoluções tecnológicas e a lentidão da burocracia do Estado, além de atrair mão de obra qualificada em um setor aquecido e com alta demanda.

A omissão diante de vazamentos de dados tem levado a sanções administrativas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), que fiscaliza o cumprimento de normas da área, contra instituições públicas.